

A PROBLEMÁTICA DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA NO NOVO MARCO REGULATÓRIO DE PETRÓLEO E GÁS: O PRÉ-SAL BRASILEIRO

Ana Marília Dutra Ferreira da Silva¹, Diogo Pignataro de Oliveira²

Bolsista PRH-ANP 36, anamariliadutra@gmail.com, ¹Direito, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN, ²Departamento de Direito Privado, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN.

R E S U M O

MOTIVAÇÃO: O advento de um Novo Marco Regulatório do Pré-Sal, suscitou a necessidade de colocar estas novas leis na pauta de discussão nas searas política, social e econômica, em decorrência das profundas consequências acarretadas por esse novo regime. Compreendendo, assim, que os recursos petrolíferos são essenciais à vida humana, ao desenvolvimento das nações e à economia internacional, vislumbra-se a necessidade de que o bem objeto dessa discussão e as divisas geradas por este setor da economia devem ser geridos de uma maneira eficiente e transparente, contando com a participação de todos os setores da sociedade. Ressalte-se que o contexto vivenciado desencadeia a entrada de uma considerável quantidade de riquezas, havendo necessidade de racionalizar sua gestão. Advém, então, a importância de a sociedade civil participar dos debates em torno da distribuição dos recursos, bem como de sua fiscalização, de modo a gerar benefícios a longo prazo e evitar que o país sucumba às consequências da “maldição do petróleo”.

OBJETIVO: Tem-se como escopo geral deste trabalho entender de que maneira o princípio da participação popular poderá conferir maior eficiência à Indústria do Petróleo e Gás Natural, partindo da análise da legitimidade democrática no Novo Marco regulatório do Pré-Sal, através de uma perspectiva constitucional, jusfilosófica e administrativista.

APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO: A temática aqui proposta relaciona-se com a defesa dos interesses permeiam setores permanentemente em conflito: a sociedade civil, a iniciativa privada e a própria União, titular do recurso natural objeto da discussão. Incentiva-se a busca de ambientes de discussões cada vez mais abertos à sociedade, de modo a propiciar maior efetividade, legitimidade e equidade às decisões a serem tomadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e pelo Fundo Social. Defende-se que haja um ambiente de discussões técnicas mais amplo, no intuito de que as questões e dificuldades trazidas à luz nos mais diversos âmbitos sociais sejam debatidos a nível federal, otimizando os benefício a cada um dos sujeitos supracitados.

RESULTADOS OBTIDOS: Como resultado da presente pesquisa, compreende-se os desdobramentos mais profundos do Novo Marco Regulatório do Pré-Sal para as questões sociais e econômicas, promovendo um exame sistematizado e racional dos instrumentos de participação popular no atual contexto, propondo uma maneira de atuação da ANP, PPSA e FS, a fim de conferir legitimidade a suas decisões, cujas consequências sempre atingirão direta ou indiretamente as searas sociais e econômicas.